



Handwritten signature and initials in blue ink.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, José Manuel Martins Ribeiro, dada a ausência do **Primeiro e do Segundo Secretário** foram convidados Francisco José Gonçalves Pinto e Maria Teresa Rodrigues Carvalho, para ocupar os respetivos cargos. O **Presidente da Mesa** começou por informar que tinha pedido a renúncia do mandato Rogério António de Sousa Gonçalves, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e a sua substituição, para esta sessão, os seguintes membros: Maria Mercedes Mendez Pardo, Pedro Nuno Bastos Freitas e Maria de Fátima Pereira Caldeira, todos eleitos pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e e Maria Manuel de Freitas Gonçalves, eleita pelo Partido Social Democrata. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e três membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram quinze horas.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Entrou-se no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Pelo **Primeiro Secretário** foi lida uma proposta de Voto de Louvor, apresentada pelo Partido Socialista: “No passado dia 28 de agosto do corrente ano, os militares Rui Jorge Mendes Rodrigues, Davide Daniel Lopes Costa, Joaquim Jorge Gomes Mota Moreira, Rafael Rogério Coelho Monteiro e Pedro Alexandre Santos Ochoa, do Grupo de Intervenção Proteção e Segurança (GIPS) estacionados nas instalações da Zona Industrial do Socorro sofreram várias queimaduras de grande gravidade, quando combatiam um incêndio no vizinho Município de Cabeceiras, na freguesia de Cavez. Graças ao seu elevado profissionalismo, preparação e coragem, num ato de grande sangue frio, cercados pelo fogo, numa súbita mudança do vento, ultrapassaram o mesmo, refugiando-se na área ardida sofrendo várias queimaduras de grande gravidade devido às altas temperaturas que se registavam no local. Foram aí, recolhidos



7
P.

pelo helicóptero, transportados para a sua base e daí para o hospital. Estes militares felizmente já se encontram a recuperar em casa. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que, seja aprovado por esta Assembleia, atribuir um Voto de Louvor a estes valorosos militares, e que este seja comunicado aos mesmos, ao seu Comando e órgãos de comunicação social”. Colocada à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**---

-----De seguida, passou a ler um Voto de Pesar, apresentado pelo CDS: “No dia 20 de novembro faleceu um dos mais brilhantes fafenses da nossa história coletiva, o Dr. José Barros. Nasceu a 9 de novembro de 1931, na freguesia de Ribeiros, deste concelho, filho de Manuel de Barros e de Leonor Antunes. Era viúvo de Glória de São José Marques Barros, e pai de quatro filhos Drs. António José Marques Barros, Fernando Augusto Marques Barros, já falecido, Maria Clara Marques Barros e José Paulo Marques Barros. Depois da escola primária, que frequentou na sua terra natal, ingressou no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, em Braga, onde foi bom aluno. A seguir, frequentou o Colégio Municipal de Fafe e concluiu o 7º ano do liceu no Liceu Sá Miranda de Braga. Nos tempos de estudante, as férias eram passadas em Fafe, o Presidente da Câmara de então, Prof. Manuel Cardoso “arranjou-lhe” um part-time do seu agrado, que, ele próprio declarou “fui eu que iniciei a organização da Biblioteca Pública de Fafe”. Mas onde brilhou mais foi na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde fui um distinto aluno e que teve a classificação final de 16 valores. Foi convidado para ficar na Faculdade de Direito, mas não aceitou, optando por ingressar no Ministério Público, tendo sido a primeira comarca a de Montalegre e depois, também Delegado do Ministério Público, desempenhou funções no Tribunal de Trabalho do Porto, onde permaneceu quatro anos. Entretanto, abriu-se um vaga para o Lugar de Notário em Felgueiras e foi aí que ele radicou toda a sua vida, familiar e profissional, onde teve grande sucesso. Foi um advogado notável, especialista em Direito Administrativo e chegou a desempenhar as funções de Vice-Presidente dos Notários de Portugal tendo sido em várias reuniões internacionais o seu representante. E politicamente foi Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras durante três anos de 1968 a 1971, e já depois do 25 de abril de 1974 concorreu à Câmara Municipal pela Aliança Democrática, tendo sido vencedor o seu amigo Machado de Matos e José de Barros passou a Vereador da oposição. E mesmo na



9
Fafe
A.F.

oposição, o Presidente da Câmara quando se ausentava do Município delegava sempre no Dr. José de Barros as suas funções. E foi também muitos anos consultor jurídico da “Domus Municipalis”. O desaparecimento de uma figura tão importante causou a maior consternação no Município de Felgueiras e a Câmara Municipal em 20 de novembro de 2020 aprovou um Voto de Pesar com Luto Municipal nesse dia em honra da memória do homem do autarca, prestando-lhe sentida homenagem, que se passa a ler o final do texto “em honra da memória do homem e do autarca, declaro Luto Municipal que este dia do seu falecimento com a correspondente colocação da Bandeira do Município a meia haste nos Paços do Concelho. Nos termos do nº 3 do artº 35º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, torna-se presente este despacho à próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação juntamente com a proposta a aprovação de um voto de pesar. O Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca”. Por todo o alegado, o Deputado Municipal eleito pelo CDS, propõe um Voto de Pesar pelo eminente jurista e filho de Fafe, Dr. José Barros e com as mais sentidas condolências à Família, nomeadamente ao seus filhos atrás identificados e ao seu sobrinho Dr. Lino Barros Silva, que era muito próximo do seu tio. E também se requer um minuto de silêncio pela sua memória”. Colocada à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----

-----Tendo se guardado um minuto de silêncio.-----

-----Foi dada a palavra a **João Pedro Marques e Castro**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” para informar a Assembleia que lhe tinha chegado informações que na zona centro da Fafe existia alguns problemas no sub-solo mais concretamente com os cabos, tendo entregue à Mesa uma fotografia sobre este assunto. Proseguiu, dizendo que deixava uma palavra de congratulação ao Município pelas medidas que tinham sido adotadas no combate à pandemia, tinha sido um Município pro-ativo, cumpridor das regras. Também, felicitou o Fafense António Pereira que integrará o staff da equipa alemã South Racing, que irá competir na próxima edição do Paris Dakar, em 2021.-----

-----De seguida, usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” que começou por felicitar o Município pela iluminação de Natal que foi colocada atempadamente, mas também pela realização das provas do Raly e do Ciclismo. Proseguiu dizendo que, relativamente a essas duas



Handwritten initials and a signature in blue ink.

atividades, existiam em Fafe praticantes dessas modalidades, pelo que entendia que deviam existirem infraestruturas para a pratica das mesmas. Relativamente aos campos de ténis, questionou sobre o ponto da situação, sobre o porquê da cobertura ficar para mais tarde e sobre onde era praticada a modalidade, neste momento. Terminou dizendo que, a pandemia tinha condicionada a vida de todos e que era necessário potenciar os percursos pedestres que existiam no concelho, sendo que alguns deles careciam de sinalização. Relativamente à cultura, Fafe era conhecido por ter inúmeros grupos culturais, pelo que era importante juntamente com eles, uma vez que eram apoiados pelo Município, promover espetáculos, com as medidas de segurança exigidas, nem que fossem só para vinte pessoas, de forma a aliviar a sanidade mental de todos.-----

-----Foi dada a palavra a **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pela lista “Unidos a Fafe” – PSD/CDS-PP”, para questionar o **Presidente da Câmara** sobre as obras na Cumieira relativamente aos particulares que possuíam apartamentos no Bairro, gostava de saber se já existiam valores e se ia haver acordos para pagamento dos mesmos.-----

-----Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara**, para agradecer as questões colocadas, muitas delas eram sugestões. Respondeu ao deputado João Pedro Castro que era a primeira vez que ouvia falar sobre a questão relacionada com os cabos. Relativamente às questões/sugestões do deputado Bruno Oliveira, referiu que não se tinha realizada a principal prova de Rali, e tinha havido a felicidade de se poder realizar o Rali Montelongo/Carlos Vieira que contava para o campeonato europeu. Prosseguiu dizendo que, obviamente a Câmara apoiava várias instituições, e que entendia que deviam ser apoiadas e estimuladas, mas que devia ser a sociedade civil a fazê-lo. Sobre os percursos pedestres, havia a noção que era preciso melhorar a sua sinalização, alias existia uma candidatura para esse efeito. Relativamente aos campos de ténis, a modalidade continuava a ser praticada onde sempre o foi, a empresa que tinha comprado o terreno não tinha exigido que se deixasse de imediato os campos de ténis. Entretanto, os novos campos descobertos estavam prontos, os cobertos irão ser iniciados brevemente. Informou que tinha tido como estratégia fazer o concurso em duas fases, e acreditava que até final do próximo ano estaria tudo pronto. Relativamente às obras no Bairro da Cumieira, como era sabido os poderes públicos



Handwritten signature and initials in blue ink.

não podiam, por lei, financiar os privados, pelo que todos os proprietários das frações da Cumieira teriam que suportar a sua quota parte das obras que fossem realizadas. A requalificação que estava a ser levada a efeito que englobava o interior das habitações parava à porta de cada um dos proprietários, alias o que dizia o levantamento que tinha sido feito era que os donos das frações tinham cuidado das mesmas, pelo que a intervenção a efetuar não seria tão profunda como nos outros blocos. Prosseguiu, dizendo que o problema estava nos blocos que se encontravam do lado do cemitério que na sua grande maioria eram privados. A Câmara possuía uma candidatura para poder fazer as obras na sua globalidade, no entanto tinha chegado a fase em que era necessário falar com os moradores. Mencionou que não queria estar a dar muitas explicações, porque pretendia fazê-lo com eles próprios, mas tinha a noção que, na sua maioria, não eram pessoas abastadas financeiramente, pelo que teria a Câmara de encontrar soluções para que os privados pudessem suportar essa despesa, depois de uma avaliação de recursos. Terminou dizendo que, a maior dificuldade foi executar as obras com os moradores nas habitações.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que tinha sido entregue pelo Deputado João Pedro Castro uma fotografia à mesa, que foi entregue ao Presidente da Câmara.-----

-----Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA**.-----

Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal. **A Assembleia tomou conhecimento**.-----

Ponto dois ponto dois – Apreciação da informação sobre a situação económica e financeira referente ao 1º semestre de 2020. **A Assembleia tomou conhecimento**.-----

Ponto dois ponto três - Apreciação e Votação da Proposta de desafetação do domínio de uma parcela de terreno, na rua de Santo Amaro, freguesia de Quinchães;-----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que esta proposta dizia respeito a um pequeno acerto nos espaços que eram cedidos, sendo que a Câmara ficava a beneficiar cerca de seis metros.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar**.-----



Ponto dois ponto quatro - Apreciação e Votação da Proposta de criação de empresa municipal para gestão do sistema municipal público de distribuição de água do Município de Fafe;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que esta era a fase final do processo que, era a aprovação dos estatutos e do contrato de gestão delegada, para depois se remeter ao Tribunal de Contas.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar**.-----

Ponto dois ponto cinco - Apreciação e votação da proposta de não aceitação de transferência de competências, para o ano de 2021, nas áreas da educação, saúde e ação social, previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 e Decreto-Lei n.º 23/2019, ambos de 30 de janeiro e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que todos os argumentos que tinham levado, já em ocasiões anteriores, a não aceitar estas transferências se mantinham, até de forma mais agravadas. Para que a Câmara pudesse assumir estas competências era necessário um processo de preparação que, devido à questão da Covid, não tinha sido possível, pelo que tinha que se tomar uma posição e dessa forma passar a mesma para o ano de 2022.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com uma abstenção, aprovar**.-----

Ponto dois ponto seis - Apreciação e votação da proposta das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2021;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar o documento, que começou por dizer que era o último orçamento que apresentava. Era diferente pelas circunstâncias em que tinha sido elaborado e pela situação que se estava a atravessar. Tinha sido preparado com o habitual rigor pelos Serviços Técnicos da Câmara, mas também, por força da lei com uma apresentação contabilística diferente e, pelos tempos de incerteza e complexidade em que se vivia. Mencionou que o orçamento era, por definição, um documento previsional, no contexto de Covid, o grau de incerteza aumentava significativamente. Prosseguiu, dizendo que, do ponto de vista sanitário, quer ao nível da saúde das pessoas, mas, também ao nível da suas vidas e das empresas, era



7

Bruno Manuel da Silva Oliveira
F.

necessário que a Câmara e os serviços públicos estivesse permanente atentos à evolução da situação, e a cada momento tomassem as medidas adequadas para apoiar as famílias e as empresas. Era um orçamento de 43 milhões de euros aproximadamente que colocava, como era tradição, as pessoas e as famílias em primeiro lugar, pelo que existe um reforço significativo nessa área, por via das várias ferramentas e programas sociais existentes nos Serviços. Contemplava, também, o apoio às empresas e ao comércio local, através do programa Fafe Mais. Afirmou que, também tinham criado um conjunto de benefícios para alívio das despesas cobradas pela Autarquia. Referiu, também que de uma forma indireta, a realização de um conjunto de obras públicas que pretendiam estimular um sector económico que, na falha do turismo, poderia significar um importante acréscimo de absorção de mão de obra desempregada. Este estímulo seria dado quer por iniciativa da Autarquia, mas também, por iniciativa das Juntas de Freguesias, que neste orçamento iriam ter desde o primeiro dia em que este orçamento fosse aprovado, condições totais para poderem lançar, através dos protocolos existentes com o Município, as obras. Relativamente ao IMI, à Derrama e ao IRS, as taxas mantinham-se reduzidas sendo, também, uma forma de ajudar as famílias e as empresas. Elencou as obras que iam iniciar no próximo ano e a conclusão das que estavam previstas.-----

-----Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, para dizer que hoje estavam a analisar o oitavo orçamento apresentado pelo Presidente da Câmara e todos eles tinham o denominador comum que era o aumento exponencial da despesa, à razão de 1 milhão de euros, por ano. Sendo o poder local uma das mais importantes conquistas da democracia, como se tem visto em alguns concelhos deste distrito, não podiam e não deviam ser os concelhos os maus exemplos de gestão dos dinheiros públicos. Todos sabiam que as verbas eram primordialmente gastas no suposto interesse dos concidadãos fafenses. Mas isso nunca esteve em causa. As verbas só podiam ser colocadas no interesse direto dos Fafense, e não podia ser de outra maneira. E por algum motivo, a lei exigia que o orçamento fosse ratificado por este Plenário, o qual devia ser o mais fiável possível. Referiu que ainda, estava ou devia estar fresco na memória de todos, a intervenção do Governo Central em muitas Câmaras do país, também, neste distrito, com grandes dificulda-



des de liquidez. Certamente que nesses casos, os Presidentes das autarquias em causa, não deixaram de executar os orçamentos do interesse das suas populações. Portanto, exigia-se responsabilidade na boa execução orçamental, mais ainda quando se geria dinheiros públicos, dinheiro que não era nosso, mas sim de todos. Este orçamento, mais não fazia do que dar continuidade às obras que estavam já em execução anteriormente, a exemplo do Bairro da Cumieira, onde a sua posição é conhecida de todos, ficava por perceber quem ia pagar as intervenções nas propriedades privadas. Iriam continuar muitos outros compromissos pendentes, e que mais uma vez não iriam realizá-los. Afirmou que as antigas promessas tinham caído em saco roto, como a construção de dois pavilhões gimnodesportivos, o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e limpeza das faixas de gestão de combustível, requalificação do Rio Vizela e suas margens, centro/espacos de incubadores de empresas, agora que os acessos à Zona Industrial de Arões/Golães estavam concluídos. Preguntou se estava a prever trabalhar para a Zona Industrial de Regadas, e que fazia todo o sentido que a “incubadora de empresas” estivesse já no terreno com outra força. Sobre a remoção do amianto das coberturas escolares, perguntou se já tinha sido tudo feito nessa matéria. Relativamente ao Cemitério Municipal, se já estavam a preparar o seu alargamento ou qualquer outra solução, uma vez que o mesmo estava totalmente lotado. Lembrou que a loja do cidadão que era tema de conversa à anos. Sobre a requalificação do Pavilhão da Escola Carlos Teixeira não tinha havia oportunidade de se fazer enquanto decorreu a sua remodelação. O Pavilhão da Escola Secundária cuja responsabilidade governamental tardava em ser assumida. Relativamente à despesa corrente, nomeadamente à despesa com pessoal, que ficava para sempre e que irá provocar embaraços no futuro, tinha aumentado drasticamente em quatro anos, o que era preocupante, sobretudo quando após esse investimento as melhorias dos serviços não eram visíveis de todo. Alias, cada vez mais se ouviam críticas ao mau funcionamento da Câmara e dos seus serviços. A despesa corrente tinha aumentado a um ritmo superior à receita corrente. Podia dizer que estava no seu limite, pelo que se perdia naturalmente o núcleo e a essência de qualquer câmara, ou seja a sua capacidade de investimento. Prosseguiu, dizendo que este Plano e Orçamento que este executivo apresentava era o último do mandato, e em balanço final ficam as saudades da boa tradição que havia nas contas do Município,



9

[Handwritten signature]
F.

pois a situação financeira global da Câmara era a pior dos últimos anos que não se tinha poupado na despesa para se poder fazer investimento, e que se não fossem os fundos comunitários e os empréstimos bancários, a disponibilidade para investir era quase nula, o que a curto prazo terá as suas consequências. Em princípio, iríamos ter um novo Presidente, fosse quem fosse o seu trabalho será um desafio sem precedentes em Fafe, uma vez que o Presidente da Câmara deixava a situação bem diferente daquela que tinha recebido, eram factos, e não acusações. Terminou, dizendo que era por demais evidente a reprovação ao Plano e Orçamento, e que era a vontade do FS deixar isso espelhado na votação que a seguir ia ser feita. No entanto, estavam consciente do atual momento pandémico que afetava particularmente e fortemente este concelho e criar instabilidade política para estes últimos meses em nada ajudaria o nosso concelho. Posto isso, o Grupo Parlamentar “Fafe Sempre” sentia a responsabilidade de assumir a abstenção a este documento.-----

-----Solicitou a palavra **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe”, para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD ia votar contra o orçamento. Passava a falar em nome individual, dizendo que eram eleitos nas listas do partido onde existia uma disciplina de voto, pois a sua vontade era abster-se, por algumas das razões referidas pelo Deputado Bruno Oliveira, ou seja o ano que ia entrar era um ano difícil, novo para quase toda a gente. Afirmou que o Presidente tinha falado no apoio social que era muito importante neste orçamento, também era verdade que se existia muito apoio social, significava que a população precisava e estava mais pobre. Saliu que o que se tinha vindo a falar aos longos destes anos, era a necessidade de políticas de criação de emprego, criando postos de trabalho porque havendo trabalho, havia rendimentos, e assim tornavam-se desnecessários os apoios, e que essa foi a visão e que o Presidente da Câmara não teve aos longos destes anos pelo que agora já nada havia a fazer. Prosseguiu, dizendo que as despesas correntes com o pessoal tinham vindo a subir, o PSD, também, tinha culpa disso uma vez que tinha aprovado a reorganização dos serviços da Câmara, criação de novos postos de trabalho, novas chefias, agora era necessário que tudo isso desse frutos. Por último, esperava que as últimas propostas do PSD, a saber a Zona Industrial de Regadas e Piscina Municipal, onde tinham esta-



7

do do lado da Câmara, aprovando os créditos necessários, que finalmente fossem concretizadas.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelo PS, não era a sua intenção intervir nesta matéria, dado o decorrer da Sessão, mas haviam coisas que tinha ouvido com as quais concordava, outras não. Deixava apenas duas reflexões, que todos sabiam que quem fazia o orçamento fazia-o segundo a perspetiva daquilo que se tinha comprometido com os Fafenses, daí o ter sempre feito com o voto a favor em todos os orçamentos, tendo como ponto fundamental e central as pessoas e as famílias. Afirmou, que na verdade, todos tinham sobrevivido sem boa parte das obras que tinham sido realizadas e agora não podíamos viver com o nosso vizinho a passar mal, a passar fome, e estes orçamentos tinham tido o cuidado de levar em conta todas essas situações. O orçamento que hoje ia ser votado, não fugia a regra dos anteriores e tinha sido, também, por causa dessa filosofia que vinda dos anos anteriores, tinha assumido concordar com a solução política que tinha sido encetada à três anos atrás. Teceu alguns comentários sobre as intervenções anteriores que o tinham deixado confuso.-----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que era vontade que todos concentrassem se em encontrar as melhores soluções para resolver os problemas dos Fafenses, enfrentando o futuro que aí vinha. Afirmou que não ia ser fácil, mas também, seria um futuro com imensas oportunidades, pelo que deviam estar concentrados nas mesmas soluções e aproveitar tudo para Fafe. Relativamente ao aumento progressivo da despesa corrente, não considerava uma crítica, mas sim um elogio, porque essa despesa traduzia de forma clara a atividade da Câmara, era despesa corrente tudo aquilo que era feito, desde logo todos os apoios sociais, os transportes, a iluminação pública, as refeições escolares, as limpezas das vias, a promoção do turismo, os apoios às coletividades, tirando o que era investimento em obras, toda a atividade da Câmara era despesa corrente. Relativamente ao aumento da despesa com pessoal, a Assembleia tinham aprovado e, bem, a solução para se resolver de forma assertiva e definitiva a situação que estava pendente à anos, que era um conjunto de pessoas que trabalhavam de forma regular em reforço dos apoios dados às crianças, em situação de precariedade, que tinha sido resolvido. Prosseguiu dizendo que o impacto da reorganiza-



Handwritten signature and initials in blue ink.

ção da Câmara tinha tido algum peso na questão do aumento das despesas com o pessoal, tinha havido um aumento generalizado de todos os funcionários da função pública, também com as progressões nas carreiras, sendo que a mesma tinha acontecido a meio do ano, os efeitos e a melhoria dos serviços serão decisivos durante o próximo ano.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com dois votos contra e sete abstenções, aprovar.**-----

Ponto dois ponto sete - Apreciação e votação da proposta de autorização para celebrar e denunciar contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela Assembleia Municipal;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto oito - Apreciação e votação da proposta de estabelecer e fixar, nos termos do n.º 3, alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25% para o ano de 2021;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto nove - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara para fixar, nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2020, sobre os rendimentos dos Municípios de 2021;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto dez - Apreciação e votação da proposta para emitir, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º e n.º 4, do artigo 16º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:-----



a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no Plano – PPI e/o PAM;-----

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----

c) resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto nº 2 do artigo 12º do decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto onze - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no presidente da câmara municipal a assunção de compromissos plurianuais;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto doze - Que delibere ainda que a câmara municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta; -----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto treze – Apreciação e votação da proposta do mapa de pessoal e respetivos anexos para o ano de 2021;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para de uma forma breve explicar que este mapa de pessoal que era colocado à votação, tinha fundamentalmente à ver com o mapa de pessoal que tinha sido aprovado em 2018 e fazia um levantamento das necessidades que tinham sido identificadas pelos serviços, no sentido de dar condições à Câmara para responder aos vários desafios do dia a dia. Ter o mapa de pessoal aprovado não significava avançar com todos os lugares a preencher. Existiam dois aspetos diferentes, ainda que ligados à área da educação, um era um grupos de doze assistentes operacionais para substituir profissionais que se aposentaram. Existia uma outra novidade que tinha a ver com um concurso que pretendiam lançar para promover a substi-



Handwritten signature in blue ink.

tuição de funcionários das escolas que por uma razão ou outra adoeciam ou se ausentavam por períodos prolongados, a criação de uma bolsa de substituições a que se pudesse recorrer por períodos limitados.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com duas abstenções, aprovar.**-----

Ponto dois ponto catorze - Apreciação e votação da proposta da 3.ª alteração orçamental modificativa (revisão) aos documentos previsionais 2020;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que tendo havido algum atraso na obra da Cumieira e o pessoal que só tinha sido contratado em setembro, pelo que existiam valores em excesso nessas rubricas, pelo que era preciso acertar as contas.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com sete abstenções, aprovar.**-----

Ponto dois quinze – Eleição de um membro para integrar a Comissão de proteção de crianças e jovens. -----

-----O **Presidente da Mesa** recordou que no início do mandato tinha sido eleito um representante para a CPJC, atendendo que a representante eleita solicitou a renúncia do mandato, era necessário eleger um novo representante. Informou que tinha chegado à Mesa uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com o nome de Palmira Dias, não havendo mais proposta, a mesma foi colocada à votação tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com uma abstenção, eleger Palmira Teresa Moreira Dias.**-----

-----Solicitou a palavra Fernando Miranda que teceu alguns comentários sobre as atividades municipais.-----

-----Colocada à votação a ata da sessão ordinária de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada, com uma abstenção.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----



-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

J. M. L.
Francisco José Gonçalves
Carla Teresa Rodrigues